

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Estado de São Paulo

Class.:

AM-Desmatamento

Data

13.12.78

Pg.:

08

Professor condena contrato para exploração de madeira

Das sucursais de
CURITIBA e BRASÍLIA

O professor Joésio Declécio Siqueira, da Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, qualificou de "absurda" a pretendida exploração do potencial madeireiro da Amazônia através de contratos de utilização florestal, semelhantes àqueles firmados com empresas estrangeiras para a exploração de petróleo. Segundo ele, não há como dissociar a exploração da madeira da utilização que se fará da área a ser desmatada: "Não há tecnologia que permita a derrubada das espécies que seriam liberadas pelo IBDF sem que toda a mata venha a ser devastada".

O coordenador do "Inventário do Pinheiro no Sul do País, entregue ao IBDF em setembro, o professor Joésio Siqueira foi também um dos engenheiros responsáveis pelo inventário florestal da região de Altamira, onde em uma área de um milhão de hectares foram catalogadas 276 espécies de madeira de alto valor comercial.

Para ele não se pode determinar as áreas que serão liberadas para exploração, simplesmente pelo seu potencial madeireiro: "Os conceitos teóricos formulados para a região não correspondem à realidade, na maioria das vezes. Lá existem solos pobres com profundidade efetiva de apenas 30 centímetros, onde a floresta deve permanecer, pois não resistiriam à retirada de sua cobertura vegetal nativa". O professor lembra que os solos de alta fertilidade ocupam cerca de 100 quilômetros ao longo da Transamazônica, constituindo 10% do trajeto total da rodovia.

Os "contratos de utilização florestal" sugeridos pelo IBDF para exploração da madeira, abrangendo uma área de 56 milhões de hectares sob domínio da União, a exemplo do que já se faz em países da África e da Ásia, na opinião do professor Joésio Siqueira poderão ser

uma decisão temerária "uma vez que a exemplo da Indonésia, as empresas que estão explorando suas florestas, obrigadas a repor o que retiraram, estão reflorestando com pinus tropicais. Não há reposição das espécies nativas".

Lembrando que no atual estágio das pesquisas florestais no País "não se conseguiu ainda o domínio da ecologia das espécies nativas da região sul do País, como a araucária, o cedro, a imbuia e outras madeiras, o que somente conseguiremos dentro de no mínimo 25 anos", o professor Joésio Siqueira alerta para o fato de que as essências florestais da Amazônia, cujas pesquisas estão sendo iniciadas agora, somente terão estabelecidas suas condições ecológicas dentro de, no mínimo 50 anos.

"É bom observar que uma empresa madeireira quando possui uma área — adverte — tem todo o interesse em manejá-la dentro de normas técnicas para que possa desfrutá-la da melhor maneira possível, inclusive preocupando-se em enriquecê-la com o reflorestamento através de essências nobres. Mas uma empresa que venha a obter a concessão de uma área

que não será sua e com a qual não terá nenhum compromisso e pouca fiscalização, a tendência é usufruí-la ao máximo e abandoná-la depois".

O professor da Escola de Florestas do Paraná pergunta como é que o IBDF pretende fiscalizar e atribuir responsabilidades nas áreas que serão liberadas, "possivelmente à empresas estrangeiras, uma vez que as nacionais não terão condições de, sozinhas, investir grandes equipamentos para extração da madeira em regiões sem a mínima infra-estrutura viária". Explicou que na Amazônia há grande dificuldade para se explorar a madeira exatamente devido às grandes distâncias e às condições climáticas da região.

O acesso da região Amazônica — explicou o professor Joésio Siqueira — está condicionado à época das secas ou verão, que vai de julho a dezembro, "uma vez que durante o inverno, de janeiro a junho, não há condições de trabalho e transporte dentro da mata". Isso significa, na opinião do professor, que o custo de extração da madeira deverá onerá-la significativamente, diminuindo assim

a possibilidade de competição no mercado internacional.

MERCADO INTERNO

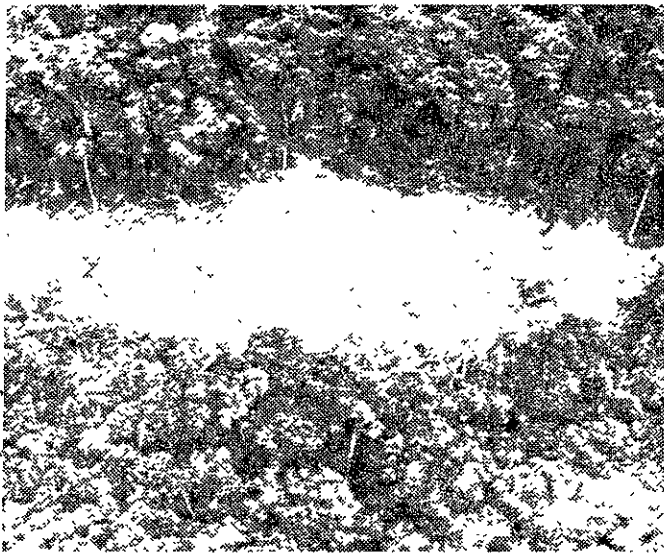
Diante das dificuldades para a retirada da madeira na Amazônia, o professor Joésio Siqueira acredita que os "contratos de exploração florestal" acabarão representando um desastre para a floresta: "As empresas simplesmente entrarão na área, derrubarão tudo o que for rentável e mais próximo, jogarão tudo nos rios — única forma viável de transporte — e acabarão exportando toras brutas".

Para o professor, a exploração da madeira da Amazônia deve ser feita a partir do deslocamento da indústria madeireira nacional para a região, devidamente orientada pelo IBDF — que já dispõe de pesquisas sobre as condições de solo e a concentração madeireira — de forma a criar empregos, definir compromissos legais de preservação e reposição, baratear o preço da madeira no mercado interno e destinar ao mercado externo somente a madeira de primeira qualidade, as essências nobres devidamente beneficiadas, "pois não há razão para exportar apenas toras brutas".

Na região Sul do País, onde os recursos florestais nativos já estão escassos — lembrou o professor Joésio Siqueira — "somente hoje, após 100 anos de contínua colonização, a madeira tem valor expressivo no mercado consumidor. Tanto que as madeiras do Paraná conseguem ainda grande margem de lucro, mesmo trazendo madeira da Amazônia, através de navios".

ESTUDO

Em Brasília, ontem, ao referir-se aos contratos de risco para exploração da madeira na Amazônia, o assessor de imprensa da Presidência da República, coronel Ludwig, negou a existência de qualquer programa presidencial neste sentido. "Isso é mais um estudo que está sendo feito, como já existiu até um projeto para a construção de um imenso lago artificial na região" — disse o coronel.



Arquivo

Para o professor, o desmatamento é incontrolável